

# **PDS já teme um colapso**

O PDS está convencido de que o Governo só tem mais dez dias para adotar providências efetivas e enfrentar, com firmeza, a crise econômica, que continua agravando-se diariamente. As previsões sombrias são de que, após esse período, a economia nacional ficará insustentável e o descontrole é quase inevitável.

Os pedessistas estão temendo a queda progressiva das reservas cambiais, que estariam próximas a 2 bilhões de dólares, insuficientes para as importações por dois meses. A convicção dos pedessistas é de que o Presidente da República não tem condições de demitir o ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

O encontro do presidente do PDS, Jarbas Passarinho (PA), com os senadores Roberto Campos (PDS/MT) e Virgílio Távora (PDS-CE) e o deputado Delfim Netto (PDS-SP) chegou à conclusão de que o tempo do Governo está ficando exíguo e ele terá de adotar uma providência. "Pior do que a falta de decisão é a indecisão do atual Governo", observou Távora.

Em tese, o PDS está prevendo que o Governo adotará as seguintes medidas: recorrerá ao FMI, centralizará o câmbio; moratória consentida, ou seja, apenas o pagamento dos juros; incentivar a exportação; e recongelará vários produtos durante pelo menos 120 dias.

O PDS não quer comentar de público qualquer uma das providências previstas, alegando que elas não são oficiais. Entretanto, assim que forem anunciadas, o partido fará uma análise.

No encontro, Passarinho lembrou que, em abril do ano passado, quando o Governo fazia grande propaganda sobre as consequências do Cruzado, o PDS teve coragem de fazer críticas e apontar suas deficiências. No programa do PDS em rede nacional de rádio e TV, o senador Távora fez, entre outras, as seguintes observações:

— É infantilidade negar o sacrifício para os assalariados e o Governo não pode deixar de esclarecer corretamente a opinião pública sobre os efeitos do Cruzado. O teste do programa seria realizado nos meses seguintes porque o congelamento de preços terá de ser levantado. É fundamental o controle dos gastos públicos.

A política de importação de alimentos deve ser emergencial, sob pena de agravamento da economia do setor rural. É imprescindível o realinhamento de preços a curto prazo para evitar as inevitáveis distorções causadas pelo congelamento.